



**ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO-CE

Às 09:10 horas (nove horas) do dia 10 (dez) de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), compareceram à sessão da Câmara Municipal os vereadores **Antônio Bezerra Primo, Antônio Waltene F. De Alcântara, Cícero Porfírio da Silva, Edson Ferreira Lima, Everton Oliveira Calixto, Flávio Jorge de Lima, Francisco Lourenço de Andrade, Heloísa Aurélio de Meneses Pereira, João Ferreira de Alencar, Manoel Domingos da Silva e Raul Franklin Carvalho de Souza**. Em nome de Deus e da democracia, o senhor presidente, vereador Flávio Jorge de Lima, declarou aberta a sessão ordinária e indagou, segundo o artigo 132 do Regimento Interno, se os vereadores pretendiam retificar a ata da sessão anterior, previamente enviada por meio eletrônico. Não havendo retificação, a ata foi aprovada por todos. Em seguida, o presidente deu início ao Expediente. A servidora da casa fez a leitura do Projeto de Lei 013/2021, de autoria da vereadora Preta, que institui o Programa Municipal de absorventes higiênicos nas escolas públicas de atenção primária da saúde do município de Farias Brito. Conforme o ofício 001/2021, que solicitou o uso da tribuna, o presidente passou a palavra para representante dos profissionais de saúde do município. A representante, a terapeuta ocupacional Lucíola, saudou a todos, pediu aos vereadores que não aprovassem o projeto que revoga o reajuste dos servidores municipais, pois é uma medida que prejudica a quem se dedica ao município. Contestou o embasamento dado para tal ato, pela lei 173/2020, já que tal medida, segundo ela, seria inconstitucional. Destacou que o que foi dado não foi um aumento, mas sim uma revisão conforme a inflação, e que o processo legislativo feito não se enquadrava em alguma vedação imposta pela Lei 173/2020. Enfatizou a importância da valorização dos profissionais. O presidente lembrou de reunião acontecida com o Ministério Público, com representantes dos servidores, da Câmara e da Prefeitura, e disse que nela foi acordado que o reajuste fosse suspenso, mas que não haveria devolução, a princípio, do valor recebido. O vereador Edson Ferreira, que saudou a todos, trouxe novamente problema em relação à quantidade e à qualidade do abastecimento de água da Vila do Cariutaba. Falou que gostaria de convidar os representantes da CAGECE, da ENEL e da SISAR para dar explicações sobre o problema. Convidou, pedindo o apoio dos demais vereadores, o Superintendente Regional da CAGECE para estar presente na próxima sessão. A vereadora Preta, que saudou a todos, lembrou que não é possível aprovar uma lei cujo objeto já se perdeu. Falou que



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

o Ministério Público faz recomendações, mas que o executivo pode defender o povo. O presidente disse que faltou o representante do sindicato passar as informações da reunião aos servidores municipais, independente de filiação. Lembrou que ainda não efetuou a revogação do reajuste aos servidores da Câmara, pois a lei ainda não foi aprovada. A vereadora Preta enfatizou que os servidores deveriam ter sido chamados para debater a questão, por se tratar de uma medida difícil. O vereador Chicão da Canabrava, que saudou a todos, citou novamente problema com abastecimento de água na Canabrava. Pediu que a gestão tomasse problemas também em relação às passagens molhadas da região. O vereador Julinho da Saúde, que saudou a todos, cumprimentou os profissionais da saúde, com quem teve a honra de trabalhar. O vereador Deir da Catingueira, que saudou a todos, falou que haveria alternativas para o reajuste dos servidores não ser retirado. Falou que está ao lado dos servidores, destacando que a medida (a redução) é bastante difícil em uma época em que as coisas estão com preço elevado. Destacou que nem tudo que o Ministério Público recomenda deve ser acatado. O vereador Cícero Baixinho, que saudou a todos, repetiu pedidos feitos em sessões passadas, principalmente relacionados ao bairro Boa Vista. Citou a PEC dos precatórios aprovada na Câmara dos Deputados e disse esperar que os precatórios dos professores do município sejam pagos, após compromisso feito pelo Governador Camilo, que pagará os precatórios relacionados ao estado. O vereador Professor Waltene saudou a todos, em especial a seus ex-alunos, citando o nome do ex-aluno Ygor. Agradeceu ao secretário de infraestrutura por ter atendido a pedido seu sobre problema no Tamboril. Parabenizou iniciativa da loja Masterlar de fazer coleta de eletrônicos. O vereador Raul da Serra, que saudou a todos, reforçou solicitação à secretaria de infraestrutura para reparar calçamentos em cima da Serra. Relembrou que todos vivem tempos difíceis, com prejuízo a toda população. Citou problemas dos topiqueiros e agricultores, além de problemas com todos as classes de trabalhadores. Ele disse que algumas situações que têm que ser feitas cortam seu coração, mas destacou que as normas devem ser seguidas. O vereador Everton Calixto, que saudou a todos, falou ao vereador Chicão que existe uma licitação para fazer reparos na cidade, incluindo nas passagens molhadas, o que deve ser feito em breve. Agradeceu ao prefeito por atender alguns requerimentos de calçamento da Betânia, São João e Várzea. Destacou a necessidade dos vereadores trabalharem dentro da lei, e pediu que os vereadores expusessem sempre a verdade para a população. A vereadora Preta falou que o vereador deve se acostumar com a mídia, já que a exposição deles é grande. Falou que politicagens não levam a lugar nenhum, e que elas acabam envolvendo todo o executivo. O vereador Everton Calixto esclareceu que não se referia a postagem da vereadora Preta.



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

O presidente disse que é a favor dos precatórios serem pagos aos professores, e que eles vão cobrar, todos os vereadores, independente de posição política. Em seguida, ele deu sequência à Ordem do Dia. A servidora da casa fez a leitura do Parecer 034/2021, da Comissão Permanente, sobre a Lei Complementar nº 005/2021, que dispõe sobre a revogação da Lei Complementar nº 50/2021, que dispõe sobre a concessão da revisão geral dos servidores da educação e adotou outras providências. O parecer favorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão. O vereador Edson Ferreira explicou o histórico do projeto em questão. Explicou que no começo do ano foram votados projetos para garantir o reajuste anual, sendo dado um percentual a maior, mas foi orientado pelo Ministério Público que a porcentagem fosse diminuída. Explicou que o intuito do legislativo e do executivo era dar revisão aos servidores do legislativo e do executivo. Após a porcentagem da revisão ter sido revista e novos projetos terem sido votados, uma denúncia anônima no Ministério Público foi feita afirmando que revisões teriam sido feitas em desacordo com a lei. Após isso, o MP fez a recomendação da revogação do reajuste dado e fez reunião com os representantes para explicar os motivos, baseados na Lei Complementar 173/2020. O vereador citou ação no STF sobre a constitucionalidade da referida lei. Ele explicou que o STF entendeu que a lei é constitucional, ou seja, a lei seria legal, assim como a suspensão do reajuste. O vereador também citou nota técnica do TCE, sobre a vedação dos municípios a darem os reajustes. Ele falou que não queria votar a favor da matéria, mas justificou o seu voto defendendo a legalidade dos processos. Disse que espera no próximo ano poder ajudar a dar um reajuste legal a todos os servidores. A vereadora Preta disse que não estava entendendo a discussão de uma lei cujo objeto já teria sido executado, com a retirada do reajuste dos servidores do executivo. Falou que apesar das dificuldades houve um aumento de cinco milhões de receita do município. Falou que há outras recomendações, como não ultrapassar o percentual máximo com folha de pagamentos, que não foram cumpridas. O vereador Julinho da Saúde falou que nunca deixou de servir bem a população, como servidor. Falou que infelizmente, por uma questão legal, o reajuste não poderá ser dado, apesar da vontade de fazer o contrário, mas que a lei é clara explanando o que não pode ser feito. O vereador Deir da Catingueira disse que quando o projeto apareceu ele disse que aprovaria porque era aumento para o servidor, mas eles sabiam que havia uma recomendação ao contrário. Falou que é contraditório os vereadores votarem a revogação nesse momento. O vereador Edson compartilhou a informação que marcou uma reunião com a Secretaria de Administração e Finanças para tratar da questão com os servidores na perspectiva do futuro. O presidente falou que



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

o aumento foi dado de boa-fé, mas eles não sabiam que existiria recomendação no sentido contrário. Deixou claro aos servidores que dá abertura a todos e que vai defendê-los dentro da legalidade. Falou que seu voto é favorável à forma que foi acordada com o Ministério Público, para não haver responsabilização no futuro. A vereadora Preta indagou para a assessoria da Câmara sobre a necessidade de se votar a lei se o objeto dela já havia entrado em execução. O presidente explicou que está respeitando os trâmites legais da casa, já que foi pedido vistas do projeto e agora está sendo votado. O parecer foi colocado em votação e foi aprovado pela maioria, com os vereadores Deir da Catingueira, Chicão da Canabrava e a vereadora Preta com votos contrários. Em seguida, a servidora da casa fez a leitura do Parecer 035/2021, da Comissão Permanente, que dispõe sobre o Projeto de Lei nº 014/2021, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre a revogação da Lei nº 1516/2021, que dispõe sobre a concessão da Revisão Anual Geral dos servidores do Legislativo Municipal e adota outras providências. O parecer favorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão. O vereador Edson Ferreira esclareceu que a recomendação do Ministério Público incluía a devolução do valor pago, contudo, nos projetos de lei feitos não existe a previsão do ressarcimento. A vereadora Preta disse que o servidor público não teria responsabilidade para a devolução, o que geraria o acionamento da justiça. O parecer foi colocado em votação e foi aprovado pela maioria, sendo que os vereadores Chicão da Canabrava, Deir da Catingueira e a vereadora Preta votaram contra. Em seguida, a servidora da casa fez a leitura do Parecer 036/2021, de autoria da Comissão Permanente, que dispõe sobre o Projeto de Lei 018/2021, de autoria do poder executivo, que versa sobre a revogação da Lei nº 1515/2021, que dispõe sobre a concessão da revisão geral anual dos servidores do executivo municipal e adota outras providências. O parecer favorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão e posteriormente colocado em votação. O parecer foi aprovado por maioria, sendo que os vereadores Chicão da Canabrava, Deir da Catingueira e a vereadora Preta votaram contra. Em seguida, a servidora da casa fez a leitura do Parecer nº 041/2021, da Comissão Permanente, sobre o Projeto de Lei nº 016/2021, do poder executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Farias Brito para o exercício de 2022. O parecer favorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão e posteriormente em votação. O parecer foi aprovado por todos. O presidente perguntou se os próximos pareceres, sobre matérias do vereador Edson Ferreira, poderiam ser votados de forma global. A servidora da casa fez a leitura dos pareceres 042/2021, 043/2021 e 044/2021 sobre os projetos 015/2021, 016/2021 e 017/2021, todos de autoria do vereador Edson Ferreira, que concedem o título de cidadão de Farias Brito aos cidadãos Cícero



**ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

Alves Pereira, Antônio Pereira Sobrinho e Deusdete Gomes Vieira. Os pareceres foram colocados em discussão. O vereador Edson pediu apoio aos vereadores por serem três cidadãos ilustres de Farias Brito. Os pareceres foram colocados em votação, sendo aprovados por todos. Em seguida, o presidente pediu para servidor da casa fazer uma leitura bíblica e sugeriu que após a sessão os vereadores ouvissem as reivindicações dos servidores. Após a leitura e não tendo mais nada a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Everton Oliveira Calixto, lavrei a presente ata que será assinada pelos vereadores. Plenário Luiz Pereira da Silva da Câmara Municipal de Farias Brito, Ceará, 10 de novembro de 2021.